

Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira

Contribuição para as atuais e futuras demandas logísticas de suprimento classe II do Exército Brasileiro

Julio Cezar Fidalgo Zary¹

Ivan Christie Barros de Araujo²

Introdução

A Força Expedicionária Brasileira foi a materialização da declaração de guerra formal do Brasil contra os países do Eixo: Alemanha, Itália e Japão. Era uma tropa constituída de cerca de 25.000 homens, provenientes de todos os estados da Federação, e que requereu muito esforço para ser organizada e preparada.

Como início da preparação material da Força Expedicionária Brasileira, e no intuito de se realizarem reconhecimentos no teatro de operações (TO), foi constituída uma missão militar precursora, que tinha por finalidade preparar o envio do contingente completo, composto por uma divisão de infantaria mais órgãos administrativos. A referida missão deveria buscar os entendimentos e ensinamentos necessários para completar a instrução e a preparação da

tropa ainda no Brasil, levantando as necessidades de fardamentos adequados e inteiramente novos, bem como a remodelação dos equipamentos individuais (CASTELO BRANCO, 1960).

Constituído por oficiais do Exército e da Força Aérea Brasileira, aquele destacamento estabeleceu os primeiros contatos com as forças aliadas em operações no Norte da África, em particular dos Estados Unidos, na cidade de Oran. Na sequência, o destacamento deslocou-se para o Mediterrâneo europeu, levantando aspectos condicionantes da missão, tais como terreno, clima, recursos locais, costumes, moedas corrente e de ocupação, transportes, comunicações, inimigo em presença, campos de treinamento disponíveis, uniformes, insígnias e distintivos usados pelos inimigos (alemães e italianos) e as condições de aclimação necessárias (MORAES, 1960).

¹ Maj Inf (AMAN/97), mestre em Operações Militares (EsAO/05) e em Ciência da Motricidade Humana (UCB/04). Possui o Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME/14) e o Curso de extensão em História Contemporânea (Universidade da Virgínia – EUA/14). Atualmente, serve no Comando Militar do Leste.

² Ten Cel Int (AMAN/95), mestre em Operações Militares (EsAO/03), pós-graduado em Gestão de Recursos Humanos (UFRJ/07). Possui o Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME/14) e o Curso de Administración Financiera y Control del Sector Público Nacional (Ministério da Economia e Finanças Públicas – Argentina/15). Atualmente, serve no Centro de Controle Interno do Exército.

Apesar dos diversos dados levantados no reconhecimento, devido a problemas no processo de aquisição dos uniformes, mesmo a despeito das especificações para confecção terem sido estabelecidas de forma tardia, a FEB acabou partindo para a Itália com uniformes inadequados ao clima que encontrariam a partir de agosto de 1944, sendo igualmente inadequados por serem extremamente semelhantes ao uniforme alemão.

No inverno, as temperaturas chegaram a atingir a marca de 20°C negativos, inviabilizando o uso dos uniformes brasileiros de inverno, que foram feitos de lã, especialmente para a FEB. Assim, a divisão brasileira foi obrigada a recorrer aos norte-americanos para suprir as necessidades latentes, pois os febianos sucumbiriam congelados dentro de seus *foxholes*, por toda a frente, durante a defensiva de inverno (Dez 44-Fev 45).

A partir da Segunda Guerra, os uniformes usados em combate passaram a ser um dos indicadores do nível de preparação de uma força armada para a guerra, e deveriam ser aprimorados de forma a potencializar as capacidades operacionais de uma força. Desse modo, essas capacidades estariam intimamente ligadas a uma série de exigências, as quais os uniformes de combate deveriam ter, tais como padronização, proteção, camuflagem, conforto, durabilidade, funcionalidade, rusticidade, resistência e adaptabilidade a ambientes diversos.

Os desafios enfrentados pelo Brasil, na Segunda Guerra Mundial, demonstram que qualquer exército que queira manter-se na vanguarda da prontidão operacional deve ser criterioso com a uniformização de seus soldados. A proposta deste trabalho visa

a evitar a repetição dos erros do passado, especialmente em face do surgimento de possíveis teatros de atuação advindos tanto de um futuro conflito como da possibilidade de criação de uma nova Força Expedicionária.

Desenvolvimento

No final do século XIX e no início do século XX, o Exército Brasileiro participou de duas experiências praticamente catastróficas: a guerra de Canudos (1896-1897) e a guerra do Contestado (1912-1916). Em ambas, ocorreu uma série de deficiências; entre elas, podem ser citadas: armamentos insuficientes e antiquados, equipamentos e fardamentos inadequados aos ambientes operacionais e logística praticamente inexistente (NASCIMENTO, 2010).

Considerando que o Exército, dentro do seu próprio território, teve de reorganizar a logística militar para, finalmente, ter condições de derrotar jagunços que não possuíam uma preparação militar específica, cabe mencionar que os ensinamentos colhidos naqueles anos de combate foram perdidos em pouco tempo. Assim, décadas depois, o Exército Brasileiro estaria, novamente, enfrentando semelhantes problemas logísticos militares, porém em escala bem maior, pois o novo inimigo seria a *Wehrmacht*, que fez a França e a linha Maginot sucumbirem em algumas semanas, e não apenas os bandoleiros de outrora.

Em 1942, ano da declaração de guerra pelo Brasil e da publicação do último Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (RUPE), os uniformes que poderiam ser utilizados em combate pela FEB eram os



Figura 1 – Uniforme 5º B
Fonte: RUPE (1942)

também verde-oliva (**Figura 1**).

A adequabilidade desses uniformes de campanha contemplava apenas as condições de clima tropical existentes no Brasil. A possibilidade de emprego de tropa em um TO com características climáticas diferentes das brasileiras levaria a uma dificuldade de adaptação do soldado expedicionário e, portanto, a uma mais que certa ineficiência operativa daquela tropa. Dessa forma, a missão precursora teve, com os resultados dos reconhecimento realizados em 1943, de estabelecer parâmetros para a confecção de uniformes e equipamentos individuais inéditos no país e exclusivos para a FEB.

Como consequência, foram publicados, pelo Serviço de Intendência da FEB, respectivamente em março e em de outubro de 1944, o Plano de Uniformes e o Caderno de Encargos de Material de Intendência, ambos já com os padrões N. A. (norte-americano). Aquelas publicações especificavam

conhecidos como o 5º modelo, projetados em 1934. A variação 5º B (de campanha) era disposta da seguinte maneira: túnica e culote de brim verde-oliva, botas e perneiras de couro preto, capacete de fibra verde-oliva e equipamento Mills (fardo aberto em brim grosso, derivado do equipamento inglês),

técnicas fabris e industriais de produção dos fardamentos e equipamentos para a FEB.

Porém, há que se ressaltar que o primeiro escalão da FEB desembarcou em solo italiano em julho de 1944 e que as especificações técnicas e industriais do caderno de encargo de material de intendência só foram publicadas no Brasil em outubro, caracterizando, assim, um enorme contrassenso logístico para a indústria nacional, o que traria reflexos negativos para a uniformização do soldado da FEB e, conseqüentemente, para a sua capacidade de sustentar o combate em solo italiano.

O Plano de Uniformes da FEB foi o regulamento para o uso dos mesmos, constante no decreto 15.100, de 20 de março de 1944, e publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia. Pas-

sou a vigorar e a gerar efeitos no Exército a partir de 31 de março. Tal regulamento foi o passo inicial para a preparação dos novos uniformes e equipamentos, não alterando os uniformes já em uso e previstos no RUPE de 1942, para o restante do Exército. No entanto, o documento trouxe novidades e modificações em alguns uniformes existentes, de modo que algumas peças



Figura 2 – Uniforme 5º B-2
Fonte: acervo pessoal

foram abolidas, outras toleradas e algumas incorporadas, iniciando assim a mudança de similaridade para o padrão norte-americano, pelo menos quanto ao equipamento individual, naquele momento.

Entre os uniformes inéditos, pode ser citado o 5º uniforme tipo B-2: blusa e calça de lã V.O. (várias tonalidades, do verde ao cinza), capacete de aço e fibra tipo americano (modelo M-1, de 1941), gorro e luvas de lã V.O., borzeguins de couro preto ou botina de combate de couro marrom e perneiras em lona. Nota-se o novo padrão de equipamento individual na **Figura 2**, semelhante ao usado pelo exército dos Estados Unidos, adotado a partir de abril de 1944.

Como mencionado anteriormente, o Caderno de Encargos de Material de Intendência só foi publicado em outubro de 1944, o que leva a concluir que o uniforme visto na **Figura 2** (uniforme de capitão do 6º Regimento de Infantaria – 1º escalão) foi confeccionado sem as especificações contidas no referido Caderno, ou seja, sem todas as melhorias que poderiam advir dos resultados dos reconhecimentos realizados pela missão precursora. Nota-se, também, que os uniformes não sofreram significativas alterações nos escalões de embarque posteriores, ou seja, o Caderno de Encargos não influenciou significativamente na confecção dos uniformes de inverno da FEB.

Ademais, a partir de agosto de 1944, os problemas logísticos da FEB começaram a ficar latentes, especialmente quanto aos uniformes, pois o 5º Exército Americano deparou com uma grande barreira montanhosa, chamada de montes Apeninos, os quais se estendem desde o mar da Ligúria até o mar Adriático. Sua largura é de, pelo menos, cerca de 80km, possuindo diversas elevações com altitudes

superiores a 2.000m (STARR, 1948), o que a tornava, sob todos os aspectos, um formidável obstáculo para o avanço de tropas rumo ao vale do Pó (FIFTH ARMY, 1944).

Para que a FEB pudesse operar na região, foi necessária, então, a sua adaptação para a guerra de montanha, tendo em vista que a mesma era uma divisão de infantaria regular (ZARY, 2015). E parte dessa adaptação referia-se justamente à troca de uniformes, pois os fabricados no Brasil mostraram-se ineficazes.

O emprego da FEB em terreno montanhoso foi motivado pela necessidade de os aliados controlarem as altitudes que dominavam a estrada SS 64, que liga Pistoia a Bolonha. Com a posse dos referidos picos, entre eles, Monte Castello e Belvedere, os aliados teriam um ponto forte para prosseguir na direção de Bolonha e, conseqüentemente, do vale do rio Pó, manobra que ficou conhecida como a ofensiva da Primavera (NORTON *et al.*, 1984).

Segundo o próprio comandante do 5º Exército, durante o inverno de 1944/45, os homens da linha de frente não tinham trégua. Eles estavam cansados, mergulhados com neve até a cintura em atividades de patrulha, suportando um clima úmido, com lama escorregadia de gelar os ossos, o que tornava muito difícil a vida diária, particularmente pela inadequabilidade dos uniformes utilizados pelas tropas brasileiras (TRUSCOTT JR, 1945). Foi nessas condições que os soldados brasileiros passaram alguns meses, suportando as agruras do clima, pela ineficácia do processo de confecção dos uniformes destinados à FEB.

A situação das tropas ficava ainda pior do ponto de vista da logística de suprimentos classe II (material de intendência: fardamento, equipamento individual, barraca, material de

escritório), pelo fato de alguns materiais serem inadequados desde sua concepção e origem no Brasil bem como os mesmos estarem em situação crítica na cadeia de suprimento norte-americana. Itens como sobretudos, galochas, meias, cobertores, *boots* de combate e ponchos (US ARMY, 1945) foram distribuídos em dezembro de 1944, ou seja, no auge do inverno. Tal fato ainda atrasou a adaptação da FEB ao frio, tornando-a penosa e diminuindo assim seu poder relativo de combate.

Em decorrência da estagnação das operações ofensivas de vulto durante o inverno, também ocorreu o aumento das baixas hospitalares, devidas principalmente ao pé de trincheira, evidenciando influência negativa das intempéries sobre o soldado brasileiro. Apesar de a Peninsular Base Section (PBS) já estar voltada para o suprimento da divisão brasileira, pelo menos, desde 19 de setembro de 1944 (US ARMY, 1945), por meio da distribuição de material norte-americano, a adaptação dos brasileiros somente começou a ser solucionada a partir do conteúdo do Boletim Interno N° 645, do Serviço de Intendência da FEB, de 29 de dezembro de 1944, que regulou a distribuição de peças de uniformes de inverno à FEB.

A partir daquela ordem, houve a distribuição de 25.000 cobertores, além de pares de meias e luvas de lã para todo o efetivo da FEB, porém essa distribuição ocorreu somente após terem sido realizados vários ataques a Monte Castello. Apesar das medidas paliativas, como a iniciativa de se produzirem capas de inverno no Depósito de Intendência da FEB, em Livorno, elas não foram eficazes contra o frio, servindo apenas como camuflagem na neve. Tal realidade acabou por levar aproximadamente 5.027 soldados da FEB (praticamente 1/3 da

força combativa) a serem retirados da linha de frente e levados a tratamento médico, devido aos congelamentos e doenças respiratórias, durante o inverno (MAXIMIANO, 2010).

O problema só foi sanado quando os estoques americanos permitiram a distribuição de diversas partes de uniformes para o frio, como as jaquetas de campanha M-41, os forros da jaqueta de campanha M-43, as galochas e os casacões, entre outros.

Atualmente, o Brasil participa em diversos organismos, fóruns e blocos políticos e econômicos internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA), o que confere ao país grande responsabilidade nas decisões internacionais e na manutenção da paz mundial.

As Forças Armadas brasileiras (FA), de acordo com a Carta Magna de 1988, Artigo 142, destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O Exército Brasileiro, como segmento terrestre, tem suas missões previstas em diversos documentos, tais como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

Dessa forma, o Brasil necessita de FA preparadas e equipadas para emprego imediato, tanto internamente como no exterior, ou seja, o Exército Brasileiro (EB) necessita desenvolver diversas capacidades, entre elas, a capacidade de enviar tropa para o exterior, em caráter expedicionário.

Atualmente, os uniformes em vigor no EB são normatizados pelo Regulamento de Uniformes do Exército (RUE), aprovado pela portaria N° 1.424, de 8 de outubro de 2015. O RUE contém as prescrições sobre os uniformes

do Exército Brasileiro em suas disposições gerais e uniformes básicos e especiais, nas peças complementares, insígnias, distintivos e condecorações, regulando sua posse, composição, uso e descrição geral. Os anexos àquele regulamento tratam da descrição das peças integrantes dos uniformes e das peças complementares; das prescrições relativas aos uniformes especiais dos estabelecimentos de ensino e dos uniformes históricos adotados por organizações militares do Exército Brasileiro.

O uniforme tipo 9º C2 é o único uniforme de combate que pode ser usado pelo EB, de acordo com o novo RUE. O seu uso contempla todos os cenários em que o EB atua, bem como os possíveis onde ele poderá futuramente vir a ser empregado, tanto internamente como no cenário internacional, nas mais diversas possibilidades de missões e de emprego da tropa.

Isso se constitui em fator limitador da eficiência operativa, uma vez que o atual uso do uniforme de combate do EB foi concebido para uso a partir no início da década de 1990 e, prioritariamente, para as condicionantes de clima tropical, sendo, portanto, uma deficiência para as atuais e futuras missões em vista do EB, com reflexos para a logística militar terrestre.

A atual fase de emprego do uniforme de combate do EB em muito se assemelha à realidade anterior à constituição e envio da FEB para o TO Europeu. O Exército, em 1942, trocou o regulamento de seus uniformes, mas em 1944, teve de expedir regulamento próprio de uniformes para a FEB, de forma a mudar radicalmente o perfil de uniformes a serem empregados na Itália, deixando o EB com dois padrões de uniformes em vigor, naquele momento.

Ultimamente, se discute sobre novas mudanças do uniforme camuflado, às véspe-

ras da constituição de uma nova força expedicionária, operativa em 2017. Contudo, essa realidade ocorre sem se avaliarem as características dos possíveis TO nos quais o EB poderá vir a atuar bem como os seus reflexos para a constituição de novos fardamentos e equipamentos de combate do EB. Por exemplo, se a nova força atuar em clima frio, com temperaturas abaixo de 0°C, a japonsa de campanha, prevista no capítulo III do RUE (2015), não atende às necessidades. Portanto, o Exército teria de recorrer, novamente, a outros países ou encomendar, com a premência do tempo, à indústria nacional, que não tem experiência no assunto.

O atual uniforme 9º C2 (Figura 3) passou por um processo de revisão de sua funcionalidade e emprego, pois apresentava as seguintes características, conforme Araújo (2014):

1. Negativas:
 - desbotamento prematuro;
 - baixa resistência ao rasgo; desgaste prematuro nas regiões do joelho, cotovelo e fundilho;
 - secagem demorada;
 - baixa dissipação de calor;
 - assaduras nos usuários;



Figura 3 – Uniforme 9º C2
Fonte: RUE (2015)

- pouca variedade de tamanhos;
- bolsos inferiores da blusa com pouca utilidade, quando se utiliza o cinto N.A.;
- falta de drenagem nos bolsos;
- regiões do joelho e cotovelo não oferecem proteção adequada;
- cadarço de ajuste da blusa causa má apresentação e atrapalha o movimento;
- falta de praticidade dos botões, além da inutilização do bolso, caso os mesmos se desprendam;
- fechamento das mangas e golas ineficiente;
- falta de bolsos laterais e traseiros na calça; e
- falta de bombacha fixa na calça.

2. Positivas:

- padrão de camuflagem único para todo o EB;
- camuflagem adequada ao ambiente de selva;
- símbolo de reconhecimento do EB, nacional e internacionalmente;
- bolso da manga esquerda permite guardar eficientemente e ter fácil acesso a objetos pequenos de uso frequente; e
- pregas nas costas facilitam a abertura dos braços.

O possível substituto do 9º C2³ foi testado, de acordo com os relatórios de desempenho de material (RDM) realizados pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e pela Companhia de Precursores Paraquedista (Cia Prec/Bda Inf Pqdt), e foram verificados aspectos como rusticidade, conforto, ergometria, facilidade de uso, facilidade de manutenção, acabamento, apresentação e tingimento do novo

uniforme de combate, apenas para uso em ambientes em que a realidade e características de emprego se assemelham com as do clima tropical. Tais testes não contemplaram a possibilidade de emprego desse uniforme em condições como frio intenso, calor extremo, aridez desértica, precipitação de neve ou resistência à areia.

Dessa forma, mais uma vez, a Força Expedicionária poderá ter problemas em relação a uma troca de uniformes e equipamentos às vésperas de um possível embarque; ou, pior, na região de destino, como ocorreu com a FEB há 70 anos. Até 2022, o Estado-Maior do Exército e demais Órgãos de Direção Setorial deverão ter realizado as seguintes tarefas, de modo a criar uma força combativa, conforme Araujo (2014):

- realizar estudos de viabilidade;
- emitir diretriz de implantação
- realizar seminários sobre o tema;
- elaborar nota de coordenação doutrinária;
- aprovar declaração de escopo; e
- elaborar diretriz de experimentação doutrinária.

Todas essas fases do processo de implantação serão oportunidades de correção de problemas e de aprimoramento de soluções. Para se obterem melhores resultados e realizar economia de recursos financeiros, seria interessante que, desde já, os testes com uniformes de combate a serem usados pelo EB em missões internas e externas já contemplassem os futuros ambientes operativos em que a Força poderá vir a ser empregada, mesmo que sejam estudos-piloto, viabilizados por observadores militares

³ Uniforme camuflado em estudo pelo EB, de forma a mudar a confecção da blusa de combate e da calça.

espalhados pelo globo, aproveitando-se das diversas missões sob a égide da ONU.

Como exemplo, podem ser citadas as missões de paz do Congo ou da República Centroafricana. Porém, há demandas da ONU para países do Oriente Médio, como Líbano e Síria, onde o uniforme 9º C2 pode vir a ser um fator a mais de desgaste para o combatente brasileiro, pois oferece baixa proteção, tanto contra frio, como para o calor de regiões com características climatológicas desérticas.

Por fim, ressalta-se que, tanto no atual RUE quanto nos atuais RDM, há uma destacada preocupação com a apresentação individual dos uniformes de combate do EB, principalmente com relação ao desbotamento dos tecidos. Tal problema tem certamente sua importância e relevância; porém, aspectos que gerem maior conforto e resistência às intempéries diversas (selva, urbano, montanha, deserto etc.) devem ser igualmente observados e repensados, especialmente quando há a possibilidade de se enviar tropa de vulto para territórios extracontinentais.

Conclusões

Caso o Brasil necessite enviar uma nova força expedicionária para atuar em local que se assemelhe às condicionantes climáticas que foram encontradas pela FEB (inverno rigoroso, neve e montanhas) ou em novas condições para emprego do EB em regiões desérticas (calor, areia, frio, baixa umidade etc.), essas experiências do passado podem ter contribuído para que, atualmente, sejam tomadas as medidas necessárias para se terem fardamentos adequados, testados e aprovados para os novos ambientes operativos, já licitados, estocados e

com previsão de fornecedores credenciados e/ou mobilizáveis.

Na década de 1940, as especificações de material da FEB foram estabelecidas e demoraram a chegar até as fábricas, que não produziram material adequado, mesmo que à época detivessem conhecimento técnico para tal, o que gerou um grande problema logístico para a FEB. Além de ter fabricado tecidos com tonalidades semelhantes às dos uniformes do inimigo, o material foi produzido sem a especificação correta e, ainda, de baixa qualidade, sendo inadequado ao inverno europeu.

Atualmente, à semelhança do que aconteceu às vésperas da Segunda Grande Guerra, a indústria têxtil brasileira possui capacidade tecnológica e parques fabris em condições de atender às diversas demandas que o EB venha a ter, em função de suas futuras demandas. No entanto, a Força não possui experiência logística para tal, de forma imediata, o que exige solicitação com certa antecedência.

Usar o conhecimento de outros países que operam seus exércitos em áreas com características climatológicas adversas é uma opção que o Brasil poderá fazer. Porém, como recomendação, deverá evitar dependência de material importado de outros países, assim como ocorreu com relação ao fornecimento de material feito pelos EUA, por meio da Peninsular Base Section, na Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, o EB pode aproveitar os ensinamentos colhidos de suas próprias experiências, da experiência adquirida por militares que cumpriram missões como observadores militares, como integrantes de tropas da ONU ou que realizaram cursos no exterior, bem como de outros exércitos, para o desenvolvimento de uniformes e equipamentos adequa-

dos. Isso para atender, nas melhores condições, as necessidades da nova força expedicionária.

Por fim, conclui-se que o presente trabalho buscou, nas experiências da FEB, a inspiração para que o EB possa superar os desafios da era tecnológica. A nova dinâmica das informações traz reflexos para todos

os campos do poder, o que gera necessidades cada vez mais urgentes para os Estados, que confiam em suas Forças Armadas grande responsabilidade para a solução de conflitos. Dessa maneira, o EB deve buscar estar em condições de operar nos mais diversos ambientes existentes. 🌐

Referências

Araújo, Ivan Christie Barros. **Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: Contribuições para atuais e futuras demandas logísticas do Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

Castelo Branco, Manoel Thomaz. T. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

Fifth Army. Fifth Army History – 16 August – 15 December 1944. **The Gothic Line**. Chapter 1: The Arno Line, p. 4.

Maximiano, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

Moraes, Antônio Henrique Almeida. **No Teatro do Mediterrâneo**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

Nascimento, Fernanda de Santos. **A Revista a Defesa Nacional e o Projeto de Modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

Norton, Steve; *et all.* **Operation Encore – The 10th Mountain Division in action. Limited offensive in mountains. 19 February to 5 March 1945**. CSI Battlebook. Combat Studies Institute. Fort Leavenworth: Kansas, 1984.

Starr, Chester G. **From Salerno to the Alps – A history of the Fifth Army 1943 – 1945**. Washington: Infantry Journal Press, 1948.

Truscott Jr, Lucian King. **19 Days from Apennines to the Alps. The story of the Po Valley Campaign**. Milan: Pizzi and Pizio, 1945.

US Army – a. Peninsular Base Section – Italy. **G-4 Periodic Report**. 9 Jan 1945.

US Army – b. Peninsular Base Section – Italy. **Administrative Order**. 21 Mar 1945.

Zary, J. C. F. A adaptação da FEB à guerra de montanha. In: **FEB em Lisboa: célebre passagem das tropas brasileiras em Portugal**. 1^a ed. Lisboa: Aditância do EB e FAB da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2015, v.1, p. 43-47.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.